



Diário Oficial

PORTE PAGO
DR/SP
ISR - 40 - 3051/81

Estado de São Paulo

Volume 107 • Número 52 • São Paulo • Quarta-Feira, 19 de Março de 1997

PODER LEGISLATIVO

Diário da Assembléia Legislativa - 13ª Legislatura
Palácio Nove de Julho

Av. Pedro Álvares Cabral, S/Nº - Ibirapuera - Fone: 886-6122

Presidente: Paulo Kobayashi

1º Secretário: Milton Monti

2ª Secretária: Maria Cecília Passarelli

1º Vice-Presidente: Vaz de Lima

2º Vice-Presidente: Luiz Carlos da Silva

3º Secretário: Roque Barbieri

4º Secretário: Sylvio Martini

DECRETOS LEGISLATIVOS

Retificação

Leia-se como segue e não como constou:

Decreto Legislativo n.º 319, de 18 de fevereiro de 1997

A Mesa da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, no uso da atribuição que lhe confere a alínea "j" do inciso II do artigo 14 da VIII Consolidação do Regimento Interno, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

(Publicado no D.O. de 19-02-97)

Retificação

Leia-se como segue e não como constou:

Decreto Legislativo, n.º 326, de 18 de fevereiro de 1997.

A Mesa da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, no uso da atribuição que lhe confere a alínea "j" do inciso II do artigo 14 da VIII Consolidação do Regimento Interno, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

(Publicado no D.O. de 19-02-97)

ORDEM DO DIA

19 de março de 1997

29ª Sessão Ordinária

Proposições em Regime de Urgência

1-Discussão e votação do Projeto de lei Complementar n.º 137, de 1995, apresentado pelo Sr. Governador, criando a autarquia Comissão de Serviços Públicos de Energia - CSPE. Com emendas. Parecer n.º 645, de 1996, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto, com emendas, às emendas de n.ºs 1, 3, 6, 8, 10, 15, 16, 20, 22, 23, 24, 26, 27, 29, 30, 31 e 32, com subemendas e contrário às demais. Parecer n.º 646, de 1996, da Comissão de Obras Públicas, favorável ao projeto, às emendas do relator especial pela Comissão de Justiça, às emendas de n.ºs 1, 3, 6, 8, 10, 15, 16, 20, 22, 23, 24, 26, 27, 29, 30, 31 e 32, na forma das subemendas do relator especial pela Comissão de Justiça e contrário às demais. Parecer n.º 647, de 1996, de relator especial pela Comissão de Finanças, favorável ao projeto, com emenda, à emenda de n.º 21, na forma de sua subemenda, às emendas de n.ºs 1, 3, 6, 8, 10, 15, 16, 20, 22, 23, 24, 26, 29, 30, 31 e 32, na forma das subemendas do relator especial pela Comissão de Justiça e contrário às demais. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

2-Discussão e votação do Projeto de lei Complementar n.º 35, de 1996, apresentado pelo Sr. Governador, dispondo sobre a retribuição pecuniária dos integrantes da carreira de Procurador de Autarquias. Com emendas. Parecer n.º 2453, de 1996, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto, às emendas de n.ºs 9, 13, 16, 19 e 30 e contrário às demais. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

3- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei n.º 788, de 1991, (Autógrafo n.º 23320), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Conte Lopes, alterando a redação do artigo 30 do Decreto-lei n.º 260, de 29/05/70, que dispõe sobre a inatividade dos componentes da Polícia Militar do Estado. Parecer n.º 189, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

4-Veto-Discussão e votação do Projeto de lei n.º 1188, de 1991, (Autógrafo n.º 23110), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Ivan Valente, dispondo sobre a recomposição da cobertura vegetal do Estado. Parecer n.º 469, de 1996, da Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

5-Veto-Discussão e votação do Projeto de lei n.º 344, de 1993, (Autógrafo n.º 23156), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Jamil Murad, dispondo sobre a proibição da instalação de bombas de Auto-Serviço (Self-Service) em todos os postos de abastecimentos de combustível no âmbito do Estado. Parecer n.º 478, de 1996, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

6-Veto - Discussão e votação do Projeto de lei n.º 596, de 1993, (Autógrafo n.º 23331), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Roque Barbieri, dispondo sobre a criação do Conselho de Desenvolvimento da Região Nordeste do Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado). Parecer n.º 190, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

7-Veto-Discussão e votação do Projeto de lei n.º 802, de 1993, (Autógrafo n.º 23044), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Antenor Chicarino, dispondo sobre a proteção ambiental do Vale do Ribeira. Parecer n.º 428, de 1996, da Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

8-Veto-Discussão e votação do Projeto de lei n.º 200, de 1995, (Autógrafo n.º 23118), vetado totalmente, apresentado pela deputada Edna Macedo, dispondo sobre a concessão de documentos a ex-detentos que tenham cumprido integralmente suas penas tornando os antecedentes criminais sigilosos, desde que não reincidam no crime. Parecer n.º 463, de 1996, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

9- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei n.º 249, de 1995, (Autógrafo n.º 23326), vetado parcialmente, apresentado pelo deputado Kito Junqueira, alterando a Lei n.º 997, de 31 de maio de 1976, que dispõe sobre o controle da poluição ambiental.

SUMÁRIO

Decretos Legislativos.....	1
Ordem do dia	1
Pauta.....	2
Oradores Inscritos.....	2
Expediente.....	2
Atos Administrativos.....	4
Comissões	—
Debates	—
Pronunciamentos de Sessões Anteriores	—
TRIBUNAL DE CONTAS	6

Este caderno, com 12 páginas contém as publicações do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas do Estado, não pode ser comercializado separadamente do EXECUTIVO SEÇÃO I.

Parecer n.º 191, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

10-Veto-Discussão e votação do Projeto de lei n.º 362, de 1995, (Autógrafo n.º 23149), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Alberto Calvo, dispondo sobre a gratuidade de passagem nos serviços de transporte coletivo de responsabilidade do Estado às mulheres maiores de 60 anos de idade. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

11-Veto-Discussão e votação do Projeto de lei n.º 474, de 1995, (Autógrafo n.º 23166), vetado parcialmente, apresentado pelo Sr. Governador, alterando a Lei n.º 7.645, de 23 de dezembro de 1991, que dispõe sobre a Taxa de Fiscalização e Serviços Diversos. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

12-Veto-Discussão e votação do Projeto de lei n.º 525, de 1995, (Autógrafo n.º 23246), vetado totalmente, apresentado pelo deputado César Callegari, dando a denominação de "Professora Cândida Neves Oliveira Canjou" à Escola Estadual de 1ª e 2ª Graus Cidade Soicó II, em Guarulhos. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

13- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei n.º 626, de 1995, (Autógrafo n.º 23321), vetado parcialmente, apresentado pelo deputado José Bacarim, dispondo sobre a normatização de audiência pública com a comunidade científica. Parecer n.º 188, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

14- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei n.º 910, de 1995, (Autógrafo n.º 23323), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Pedro Dallari, autorizando o acesso, a título gratuito, de policiais militares às estações e trens da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM. Parecer n.º 195, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

15-Discussão e votação do Projeto de lei n.º 6, de 1996, apresentado pelo Sr. Governador, autorizando o DER e o DAEE a doarem imóveis à fazenda do Estado e esta a transferir, à CDHU os imóveis que receber em doação, bem como outros já de sua propriedade, na forma que especifica. Com emendas. Parecer n.º 651, de 1996, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável, com emenda e contrário às emendas de n.ºs 1 e 2. Parecer n.º 652, de 1996, de relator especial pela Comissão de Obras Públicas, favorável ao projeto, à emenda do relator especial pela Comissão de Justiça e contrário às de n.ºs 1 e 2. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

16-Veto-Discussão e votação do Projeto de lei n.º 71, de 1996, (Autógrafo n.º 23201) vetado parcialmente, apresentado pelo Sr. Governador, criando o Programa Estadual de Desestatização e dispondo sobre a Reestruturação Societária e Patrimonial do Setor Energético. Parecer n.º 1799, de 1996, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto quanto ao § 2º do artigo 3º e contrário ao § 6º do artigo 3º; ao inciso I do artigo 17 e ao artigo 39. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

17- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei n.º 215, de 1996, (Autógrafo n.º 23327), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Walter Caveanha, autorizando o Poder Executivo a implantar a "Prófilca - Programa de Fixação do Homem no Campo". Parecer n.º 187, de 1996, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

18-Veto - Discussão e votação do Projeto de lei n.º 725, de 1996, (Autógrafo n.º 23344), vetado parcialmente, apresentado pelo Sr. Governador, autorizando o Poder Executivo a contrair financiamento, a outorgar garantias, a transferir o controle acionário de sociedades controladas pelo Estado e a assumir obrigações. Parecer n.º 192, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. Parecer n.º 193, de 1997, de relator especial pela Comissão de Economia, favorável ao projeto no tocante ao art. 7º e contrário quanto ao art. 9º. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

Proposições em Regime de Prioridade

1- Discussão e votação adiada do Projeto de decreto legislativo n.º 5, de 1981, apresentado pela Comissão de Finanças em seu Parecer n.º 1019, de 1981, considerando boas e aprovando as contas do Senhor Chefe do Poder Executivo, referentes ao exercício financeiro de 1979, sem prejuízo da apreciação dos processos referentes ao mesmo período, ainda pendentes de julgamento. (§ 3º do artigo 191 da VIII Consolidação do Regimento Interno).

2- Discussão e votação do Projeto de decreto legislativo n.º 8, de 1981, apresentado pela Comissão de Finanças em seu Parecer n.º 1581, de 1981, considerando boas e aprovando as contas do Senhor Chefe do Poder Executivo, referentes ao exercício financeiro de 1980, sem prejuízo da apreciação dos processos referentes ao mesmo período, ainda pendentes de julgamento. (Com requerimento de adiamento em fase de votação adiada).

Assembléia Legislativa recebe ISO 9.002



A Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo acaba de receber o certificado de seu sistema de gerenciamento da qualidade no processo legislativo, nas normas da ISO 9002. A Assembléia paulista foi a primeira Casa de Leis a receber tal certificado.